

A DIMENSÃO LIBERTÁRIA DA AMÉRICA LATINA NO PENSAMENTO DE FLORESTAN FERNANDES

Patrícia Menna Barreto Ferreira*

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de contribuir para a compreensão das idéias centrais do pensamento de Florestan Fernandes como um dos parâmetros para a interpretação das realidades latino-americana e brasileira. O que nos move aqui é o viés que se produz em seu pensamento como conteúdo de resistência à contra-revolução burguesa e como compromisso histórico. Referimo-nos à formação das classes sociais na América Latina, à revolução burguesa como processo histórico-social que produz uma burguesia associada e gananciosa e, ainda, a revolução proletária como revolução anticapitalista e antimperialista, auto-emancipadora das classes despossuídas.

Palavras-chave: pensamento social de Florestan Fernandes, revolução burguesa, anticapitalismo, anti-imperialismo.

ABSTRACT

The present article has the objective to contribute for the understanding of the ideas central offices of the thought of Florestan Fernandes as one of the parameters for the interpretation of the realities Latin American and Brazilian. What in it moves them here is the bias that it produces in its thought as content of resistance to the bourgeois counterrevolution and as historical commitment. We mention the formation to it of the social classrooms in Latin America, to the bourgeois revolution as description-social process that produces a bourgeoisie associated and greedy e, still, the proletarian revolution as anticapitalist and anti-imperialist, revolution of the dispossessed classrooms.

Key-words: social thought of Florestan Fernandes, bourgeois revolution, anticapitalism, anti-imperialism.

1 EM QUE ROTA NAVEGA O PENSAMENTO DE FLORESTAN FERNANDES?

Para compor um estudo com a finalidade de buscar compreensão das idéias centrais do pensamento de Florestan Fernandes, é necessário intercambiar vários escritos, principalmente aqueles ensaios que revisitam o legado do pensamento de Marx, como um dos parâmetros para interpretação das realidades latino-americana e brasileira. Trata-se, então, de captar um

* Militante e educadora popular de movimentos sociais no campo. Especialista em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora

determinado enfoque da obra de Florestan, construído a partir de um corte histórico definido – a ditadura militar. O que nos move aqui é o viés que se produz em seu pensamento como conteúdo de resistência à contra-revolução burguesa e como compromisso histórico. Como nos diz Octavio Ianni “no caso das ciências sociais, em particular da sociologia, é inegável que a obra de Florestan Fernandes inaugura um estilo de pensamento” (IANNI, 2004, p. 68). O que sobressai na produção do seu pensamento é a perspectiva crítica que, segundo Ianni, é a construção de “uma crítica que vai sempre às raízes da realidade social” (IDEM).

Trata-se de um grande pensador brasileiro, que trouxe contribuições teóricas e práticas, atualmente enfocadas nos cursos de formação do Movimento Sem Terra, da Via Campesina e da Consulta Popular. A intenção deste artigo é apresentar algumas idéias de Florestan Fernandes para colocar em debate. Este trabalho visa contribuir com o universo de discussão teórica do socialismo nos movimentos sociais, sem deixar de levar em conta que é preciso trazer o pensamento de Florestan para um debate abrangente, ou seja, que contextualize o tempo histórico em que está imersa a sua produção teórica, no seio de uma prática política. Compreende-se, então, que sua análise crítica da realidade renasce em função da militância, da luta e da resistência com relação ao regime militar.

Neste sentido, tomamos como referenciais de análise as interpretações de: Plínio de Arruda Sampaio Jr., considerando a produção de textos que tem como foco analítico a obra de Florestan. Este artigo também traz as contribuições dos debates feitos nas aulas do professor Plínio, no curso Realidade Brasileira, na Universidade Federal de Juiz de Fora; contamos também com as discussões feitas por José Paulo Netto, acerca da categoria de revolução, desenvolvida por Florestan Fernandes. Na visão de Netto, trata-se de um giro de pensamento que acaba por redimensionar a elaboração teórica de Florestan Fernandes, frente à realidade concreta de uma contra-revolução avassaladora, que precisava ser compreendida em todas as suas medidas e sentidos histórico-sociais. Desta forma, sobe à superfície um repertório de categorias e uma linha de interpretação que remonta à tradição do pensamento de Marx. Assim diz José Paulo Netto:

É que a recuperação das categorias da tradição marxista, neste novo patamar teórico e histórico, operando-se na análise concreta do movimento social real, induz Florestan a recuperar como um todo a impostação teórico-crítica de Marx. Com isto, o projeto histórico do proletariado, calço ineliminável da perspectiva socialista revolucionária, deixa de ser, na consciência teórica, uma petição de princípio, convertendo-se em ponto

arquimédico da análise concreta, inscrevendo-se como contraponto necessário do movimento da própria contra-revolução (burguesa) (NETTO, 2004, p. 211).

Para este artigo, que não pretende esgotar o sentido interpretativo do pensamento de Florestan Fernandes, propõe-se apenas uma aproximação de algumas de suas idéias que apontamos como centrais para nosso estudo. Referimo-nos à formação das classes sociais na América Latina, à revolução burguesa como processo histórico-social que produz uma burguesia associada e gananciosa – concentradora de renda, poder e prestígio social. E, ainda, a revolução proletária como revolução anticapitalista e antimperalista, auto-emancipadora das classes despossuídas. Uma pequena incursão no pensamento de Florestan, cuja intenção é produzir perguntas para sua obra e conexões com os debates atuais dos movimentos sociais, sobre a realidade latino-americana e brasileira.

2 EXISTEM CLASSES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA?

Esta é uma pergunta com a qual Florestan Fernandes trabalha em “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”. Este é um ensaio escrito no início da década de 70, antes da elaboração do pensamento sobre a realidade social brasileira, naquilo que José Paulo Netto chama de “síntese original”, a obra “A Revolução Burguesa no Brasil”. Nele, Florestan procura elaborar os percursos históricos da origem e da formação, estrutural e dinâmica, das classes sociais na América Latina. É um longo e denso ensaio elaborado, em que o autor constrói o significado de seu principal conceito - classes sociais.

O trânsito de Florestan para este novo patamar analítico-interpretativo se desenha nas suas investigações sobre as conexões entre o sistema imperialista (com o prolongamento substancial dos estatutos de natureza colonial) e os capitalismo dependentes nacionais, conexões que gravitavam num campo travejado pelo subdesenvolvimento e pela estrutura de classes próprios à periferia explorada do circuito capitalista. (NETTO, 2004, p. 213)

Florestan coloca a pergunta num horizonte de longo alcance histórico. Ele está imerso na investigação da formação social da América Latina, no contexto do “aborto das vias democrático-nacionais latino-americanas”, segundo Netto. Deste modo, pensar a formação

das classes sociais parece significar, em Florestan, o olhar para dentro das transmutações que se manifestam na dimensão histórica da colônia e da consolidação do capitalismo moderno, na América Latina. Ele vai pontuar que a própria expansão do capitalismo se compatibilizou com as “estruturas sócio-econômicas de origem colonial ou variavelmente dependentes ou pré-capitalistas”. Sua perspectiva é a de que o capitalismo não leva à descolonização, mas propicia a “arcaização do moderno”. Assim, o autor toma como referência de análise o processo de industrialização. “Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste” (Fernandes, 1981, p. 41-42). Neste sentido, as classes sociais na América Latina guardam uma formação histórico-social típica que engendra valores de classe e de estamento. Florestan chama atenção para seguinte questão: “como a emergência de novas realidades econômicas, sociais e políticas, vinculadas à expropriação capitalista, permitiram a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais” (Fernandes, 1981, p.39).

Na perspectiva construída por Florestan Fernandes, as classes sociais são formações típicas que “apresentam variações (...) que não são simples produtos de diferenças de contexto sócio-cultural ou de tempo histórico” (Fernandes, 1981, p.39), mas da forma como o capitalismo se desenvolveu na América Latina. Trata-se de matrizes de formação social, que apresentam variações em função dos patamares de desenvolvimento alcançados no capitalismo dependente. Neste sentido, o capitalismo teria se expandido de maneira generalizada, abrangendo todos os países latino-americanos, embora de maneira não integrada e com diferenças históricas específicas. Diz Florestan que se desenvolveu a um nível tal, que as classes sociais tornaram-se a principal forma de organização social, estruturadas a partir do sistema de produção. Classes possuidoras e classes despossuídas compõem o contexto histórico-social, as relações entre burgueses e proletários, desde a divisão de classes, e também entre burgueses e “condenados do sistema”.

Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se de maneira variável, mas geral, a condições externas e internas que restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais (FERNANDES, 1981, p.39).

O capitalismo, que, segundo Florestan, nasceu na América Latina, tem no passado colonial, neocolonial até o presente desdobrar do imperialismo, extensas raízes históricas que vão estar na origem da formação das classes sociais. Estas irão se desenvolver no ambiente histórico marcado pelo sentido de colonização e, posteriormente, pela formação do capitalismo dependente, que surge como pilar do tipo de dominação externa que caracteriza o período imperialista. Sob o imperialismo, a burguesia latino-americana se converte numa engrenagem do sistema capitalista mundial. A drenagem de riquezas, a concentração do capital e a transferência de altos lucros para as nações hegemônicas, determinam a extensão da assimetria social, a intensidade da exploração do capital sobre o trabalho e a posição pró-imperialista, que a classe burguesa assume nos circuitos políticos, interno e externo. Trata-se de um tipo de capitalismo incapaz de gerar por si mesmo processos de descolonização da ordem social existente. Assim escreve Florestan:

(...) torna-se patente que o ‘amadurecimento do capitalismo’ não está contribuindo para imprimir ao regime de classes as funções de desagregação social dos vícios, tradições e estruturas pré-capitalistas, que o capitalismo não preencheu no passado e que só perfilhou de modo pouco efetivo (FERNANDES, 1981, p.40).

As classes sociais na América Latina são consideradas, por Florestan Fernandes, do ponto de vista de suas funções sociais construtivas e destrutivas. No modelo de capitalismo “original”, a grande função desintegradora operada pela burguesia refere-se à destruição das condições sociais do “antigo regime” – dos laços feudais com a terra e com a servidão. Para Florestan Fernandes, o tipo de capitalismo que emerge na América Latina desfigura o que considera funções construtivas e destrutivas das classes sociais. Na periferia, a modernização jogaria um papel parcial e de composição com relações sociais arcaicas, segundo o autor. Mesmo o auge da industrialização leva a marca da “arcaização do moderno”, pois os novos símbolos que retratam a era industrial não encontram correspondência nas condições sócio-econômicas oferecidas. A nova mentalidade (burguesa), “as novas estruturas econômicas” e as orientações de modelos de desenvolvimento, convivem com orientações de valores herdados do sistema colonial. Para o autor, a diferença entre o capitalismo dependente e o capitalismo avançado não está na existência ou não das classes. As classes sociais existem tanto na periferia quanto no centro do capitalismo. A grande diferença não está na existência ou não das classes, mas na forma como o capitalismo dependente se desenvolveu nos países

da periferia. Que tipo de burguesia e de proletariado ele criou e quais os caminhos e tarefas políticas postas à revolução proletária, são questões que atravessam seu pensamento.

3 QUE TIPO DE RELAÇÃO EXISTE ENTRE LUTA DE CLASSES E REALIDADE HISTÓRICA?

A pergunta nos leva a retomar a leitura de José Paulo Netto. Ao analisar o pensamento de Florestan no contexto da contra-revolução burguesa, Netto ressalta um certo “giro do pensamento” relacionado à prática política de Florestan. Ele procura em Marx “matrizes preferenciais”, que possibilitem uma releitura da categoria de revolução. O foco na categoria de revolução parece se colocar na dimensão política, como uma “resposta militante” de Florestan à situação vivida sob a ditadura militar. Segundo Netto, há uma busca dos escritos de Marx e Engels, que respondem aos contextos de ruptura. “É assim que ele resgata privilegiadamente os Marx-Engels de 1848-1849, o Marx de 1870-1871 e o Lênin de 1905-1907 e 1917”. No ensaio “Nós e o Marxismo”, da década de 80, Florestan procura recuperar a atualidade das idéias de Marx, tendo em vista uma ferrenha polêmica que delineava a crise do marxismo, nos planos teórico e prático, colocando em campos opostos reformistas e marxistas revolucionários. Assim, escreve:

No interior de uma posição marxista coerente, a crise é um processo normal e necessário – e não pressupõe a negação das idéias de Marx. Se se considera que Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas da produção e da reprodução da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar as suas idéias se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e a dominação de classe, etc, tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu. As contradições do capitalismo monopolista e do imperialismo assumem dimensões aterradoras exatamente por isso. Todas essas condições objetivas foram postas em um contexto internacional, o que conferiu às contradições básicas do capital industrial o gigantismo e uma magnitude ultradestrutiva, que ele não podia ter na época de Marx. De outro lado, essa evolução fortaleceu o capital contra o movimento operário revolucionário (FERNANDES, 1995, p. 168).

No “Manifesto do Partido Comunista”, podemos encontrar elementos que levam à uma definição acerca da concepção da luta de classes, referida logo inicialmente como

processo histórico. Na parte I, lemos: “A história de toda sociedade até hoje, é a história da luta de classes” (Marx, Engels, 1999, p.66). No contexto das realidades históricas, Marx e Engels se referem à permanente tensão entre opressores e oprimidos. Estes se encontram, ainda acrescentam, “envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (umgestaltung) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta” (IDEM). Com o elemento histórico essencial, Florestan recupera a leitura do Manifesto Comunista para refletir, do ponto de vista sociológico, sobre a formação e o desenvolvimento da classe trabalhadora na América Latina. No Manifesto, Marx e Engels se referem às condições de aparecimento da sociedade burguesa na era moderna, como também à divisão de classes que está na base de sua estrutura econômica. Isto é, a oposição entre burguesia e proletariado.

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (IBIDEM).

Florestan Fernandes destaca que o caráter de sua análise, sobre o legado de Marx, se diferencia de uma visão eurocêntrica e do ponto de vista de que a construção teórica de Marx está historicamente superada, “pois as classes não desapareceram e tampouco a luta de classes deixou de existir” (Fernandes, 1995, p. 169). Em “Nós e o Marxismo”, ele se refere ao Manifesto Comunista como conteúdo que “melhor permite explicar sociologicamente a formação e o desenvolvimento dos proletariados como classe em si e a que melhor coloca objetivamente as tarefas políticas das classes trabalhadoras na luta de classes” (IDEM). Para o autor, o que está em jogo é a forma de existência das classes e as tarefas políticas dadas no horizonte da transformação social. Sob este prisma, ele destaca dois debates essenciais no contexto das sociedades latino-americanas: “a forma do desenvolvimento capitalista” e o “estágio (ou fase) relativo da constituição da classe trabalhadora”. Tomando em conta o capitalismo dependente, como modo de produção capitalista subordinado, Florestan Fernandes tem em vista as classes sociais sob o prisma das relações sociais de produção. A burguesia, como classe possuidora, garante seus interesses sobre o tripé: concentração de capital, propriedade privada e associação com o imperialismo. De outro lado, ao proletariado, como classe despossuída, agregam-se distintos estratos sociais como trabalhadores semi-

integrados (operariado) e os “condenados do sistema”, que não têm acesso à classificação pelo mercado de trabalho.

A abordagem teórica sobre a luta de classes na América Latina, construída por Florestan Fernandes, nos leva a considerar sua ênfase em dois fatores históricos primordiais: primeiro, o tipo de desenvolvimento capitalista que possibilitou a formação da sociedade de classes na América Latina. Segundo, a formação do proletariado como classe independente e seu papel revolucionário no contexto do capitalismo dependente, numa época designada por Florestan como “imperialismo total”. Nesta nossa jornada reflexiva, o eixo central de análise requer a captura da questão da revolução, no pensamento de Florestan Fernandes. É quase dispensável dizer que a problemática que serve de alicerce ao pensamento do sociólogo tem por base uma relação umbilical entre teoria e prática. Vista a partir da atividade política, tal relação encontra sua essência na própria realidade do oprimido e na sua potência de auto-libertação. O que se encontra em jogo no “marxismo revolucionário”, para Florestan, é a possibilidade de um movimento real de destruição da sociedade burguesa, ao contrário do “socialismo reformista” que leva muito pouco a fundo a idéia de transformação social, quando a toma enquanto sentido de reciclagem do capitalismo. Segundo José Paulo Netto,

Nessa produção ensaística, a problemática da revolução é axial. Mas se me afigura muito simplista lê-la considerando que a centralidade da categoria de revolução que nela comparece deve-se somente à motivação polêmica. Penso que a questão é bem outra: as condições – históricas e crítico-analíticas – sob as quais Florestan recuperou a impostação teórica de Marx é que determinam esse traço pertinente da sua produção intelectual (e da sua militância cívica) a partir da segunda metade dos anos 1970. O privilégio da problemática da revolução significa, em Florestan, que a obra de Marx é toda ela interpretada em função da prática política (inclusive no que demanda de elaboração teórica) que pode conduzir à ultrapassagem do mundo burguês. Isto é: a centralidade temática, crítico-analítica e categorial da revolução tem raízes históricas e teóricas no pensamento de Florestan que desbordam largamente a sua função polêmica (NETTO, 2004, p. 216)

“O que é revolução?” Esta é a pergunta, título de um artigo de Florestan, tomada como ponto de partida de uma discussão sobre a concepção de revolução enquanto “uma realidade histórica”. Seguindo seu texto, “a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)” (FERNANDES, 2000, P. 57). O sentido da palavra chave do texto, *revolução*, encontra-se no processo histórico da luta de classes, de modo que sua definição parte da relação com o seu contrário – a contra-

revolução. Neste caso, Florestan ressalta a condição da apropriação da palavra revolução e aponta o uso de termos como “revolução institucional”, enquanto um falso sentido produzido para o que na realidade significou o golpe de Estado de 64. Ele diz:

É patente que aí se pretendia acobertar o que ocorreu de fato, o uso da violência militar para impedir a continuidade da revolução democrática (a palavra correta seria contra-revolução: mas quais são os contra-revolucionários que gostam de ver-se na própria pele?) (FERNANDES, 2000, p. 55).

Em seu escrito, Florestan chama atenção para os significados históricos do sentido dado à revolução e o uso do termo pela contra-revolução burguesa. Ressalta que o sentido de revolução remete à luta para derrubar as estruturas sobre as quais se organiza a sociedade capitalista, de modo a solapar com as relações sociais que dela deriva. Trata-se de dois níveis opostos de transformação que ele pontua: mudança gradual (contra-revolucionária) e mudança revolucionária. Ou seja, mudança lenta e contínua ou ruptura violenta – veloz, e simultaneamente vigorosa e ultra-criadora. Em relação à experiência revolucionária, Florestan considera que as energias mobilizadas, em elevado grau, pelas revoluções possuem componentes construtivos e destrutivos de alta intensidade. Para ele, existe nisso uma capacidade de revelar o aparecimento do novo, como uma sucessão de transformações profundas. Sobretudo nas sociedades capitalistas, a luta de classes é, para o autor, o único meio de o proletariado seguir seu destino revolucionário e colocar em marcha as transformações necessárias à criação de outras formas de existência social.

4 QUE PAPEL JOGA A REVOLUÇÃO BURGUESA NA LUTA DE CLASSES?

A leitura do desenvolvimento do capitalismo dependente como fator histórico, considerando os “padrões de dominação externa”, debatidos por Florestan, conduz o autor a uma análise dos padrões de revolução burguesa dentro de visão histórica do capitalismo. De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Jr., “O que é revolução” é um texto, cujo “objetivo específico é mostrar a particularidade da revolução burguesa no capitalismo dependente e os desafios que devem ser enfrentados pelos que lutam pela revolução operária no Brasil” (Prado Jr, 2000, p. 11). Este artigo, publicado em 1981, traz uma reflexão de perspectiva histórica das revoluções burguesas, apresentando comparações sobre o contexto da contra-revolução no

Brasil, com situações históricas que remetem à luta do proletariado europeu. Sendo assim, os textos de Marx e Engels são referências teóricas trabalhadas pelo autor, como em “A Guerra Civil na França”, “As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850”, “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, entre outros.

Seu ponto de chegada é a compreensão das especificidades da revolução burguesa, que se desdobra sob o capitalismo dependente. Construindo um fio histórico para sua análise, as revoluções clássicas correspondem ao processo de luta e derrubada do “antigo regime”, com a instauração de um processo de transformações a partir da revolução nacional e democrática, tomando-se como parâmetro as revoluções francesa e inglesa. Plínio de Arruda Sampaio Jr., em seu artigo sobre “A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes”, acrescenta que o processo desdobrado pelas revoluções burguesas originais “caracteriza-se pelo encadeamento das revoluções agrária, urbana, nacional, democrática e industrial”. Quanto à revolução burguesa atrasada, contextualiza-se no eixo da dominação . Assim diz Plínio Sampaio:

Por fim, as revoluções burguesas atrasadas se caracterizam pelo fato de que sua direção política foi monopolizada por burguesias ultra-conservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito político à participação das massas populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram por associar capitalismo e subdesenvolvimento. O drama das revoluções burguesas que eclodem dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringem muito da possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional. É este último caso que se enquadra o Brasil (SAMPAIO JR, s/d, p.2).

A elaboração teórica de Florestan Fernandes, quanto à mudança social no contexto do capitalismo dependente, não se coloca nem como processo isolado das relações entre centro e periferia, nem como fator estrutural puro, a-histórico. Este parece ser um elemento chave de construção teórica, para Florestan Fernandes. A leitura tem como ponto de partida a mudança social que engendra as particularidades das formações sociais e do processo histórico que, em conjunção, determinarão o raio de abertura da mudança. O capitalismo dependente, típico dos sistemas econômicos da periferia, possui duas grandes forças de sustentação, para Florestan: uma histórica e outra estrutural. A primeira refere-se às raízes do antigo sistema colonial. A segunda diz respeito à sua dinâmica de organização extraída “simultaneamente da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações hegemônicas”

(Fernandes, 1981, p. 45). Em Florestan, a problemática da revolução no capitalismo dependente, pinçada no contexto histórico da contra-revolução burguesa, não deixa espaço à “revolução dentro da ordem”, que corresponderia à revolução democrática e à revolução nacional, de padrão clássico. Em vários textos do autor, a “revolução dentro da ordem” aparece como contraposição à “revolução contra ordem”, considerando que:

o grau de subalternidade das burguesias periféricas, determinado pela sua associação dependente ao imperialismo, retirando-lhes quaisquer veleidades ‘heróicas’ e inviabilizando, nos seus espaços nacionais, os processos de revoluções democráticas de corte ‘clássico’ - esta particularidade, que barbariza a emergência e a consolidação da dominação burguesa no capitalismo dependente, responde pelo fato de a revolução proletária configurar-se como resolução da ‘revolução dentro da ordem’ na ‘revolução contra ordem’ (NETTO, 2004, p. 217).

Na América Latina, a luta pelo poder de controle das transformações sociais, segundo Florestan, implica uma forma de dominação burguesa que tem como princípio básico a reprodução de uma dupla articulação: assimetria social interna e dependência externa - dois fatores do capitalismo dependente, considerados fundamentais por Florestan. A fonte do poder da burguesia provém essencialmente, para o autor, do desequilíbrio social, a partir do qual ela se tornaria onipotente “para dentro”. Isto é, porque têm à sua disposição mecanismos de reprodução das condições de desigualdade e conseguem restringir, ao máximo, a participação da classe trabalhadora no cenário político. Neste sentido, gera-se um tipo de revolução burguesa que produz um Estado autoritário e autocrático, governado a partir dos interesses econômicos da burguesia. Este Estado, como diz Florestan: “é o Estado burguês típico da América Latina capitalista, que propõe sufocar pela força, já que não pode resolver, as contradições de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida” (Fernandes, 1981,p.103).

O Estado autocrático burguês, que Florestan aponta, funda uma forma de dominação burguesa que permite às classes dominantes controlar o sistema de poder correspondente a um regime de “democracia restrita”. Ele aponta que o regime de “democracia restrita” contém um sentido de revolução nacional ultra-conservadora, pois não nacionaliza nem os canais de poder e nem a estrutura econômica, o que torna o nacionalismo uma grande “mistificação burguesa”. Para o autor, isto faz da oposição existente entre capitalismo e democracia, o seu principal conteúdo político.

Apreciando-se as coisas desse ângulo, o milagre capitalista não aparece na ascensão da burguesia à hegemonia social de classe e à conquista do poder político, mas no fato histórico muito mais complexo e importante que mostra como uma burguesia crescentemente conservadora e reacionária foi capaz de fomentar sucessivas revoluções técnicas, dentro e através do capitalismo, inclusive absorvendo, filtrando e satisfazendo parcialmente pressões especificamente anarquistas, sindicalistas e socialistas das massas operárias, pelas quais se alargou e se modificou a democracia burguesa. Esse fato histórico fez com que na Europa – e mais tarde nos Estados Unidos e no Japão - a modernização capitalista se desenvolvesse subvertendo as bases técnicas da produção e revolucionando dinâmicos do mercado (interno e externo – eles não podem ser separados), enquanto se intensificava a concentração de riqueza real e do poder real nas mãos de um tope restrito (FLORESTAN, 2000, p. 66-67).

5 QUE SENTIDO HISTÓRICO SE MOSTRA NA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA?

Em “Como fortalecer a revolução e levá-la até o fim”, tema desenvolvido no texto “O que é Revolução” de Florestan Fernandes, o autor parte do princípio de que o proletariado se encontra diante de dois processos revolucionários: a revolução burguesa e a revolução proletária. A primeira, “como força tutelada e cauda política da burguesia”, diz Florestan, e a segunda, “inicialmente criando condições que a tornam possível (o que se dá dentro da ordem burguesa e graças a meios que são típicos da existência do trabalho livre) e, mais tarde, na luta pela conquista da hegemonia social e do poder político” (Fernandes, 2000, p. 92). Em sua análise, como aliada da revolução burguesa, a classe trabalhadora só poderia jogar um papel transformador reduzido, dentro do capitalismo dependente, pois a própria burguesia possui limites estreitos quanto à sua capacidade revolucionária. Suas habilidades de conter a pressão social interna estão mais ligadas à capacidade contra-revolucionária, aguçada no “espírito burguês” da periferia. Ao apresentar as idéias centrais da questão de “Como fortalecer a revolução e levá-la até o fim”, que por sua vez é uma questão central do artigo “O que é revolução”, Plínio de Arruda Sampaio escreve:

Sua preocupação é definir uma estratégia de luta de classes capaz de tirar a classe operária da estaca zero. O desafio consiste em fomentar a constituição e o desenvolvimento independente do proletariado. Para tanto, as forças comprometidas com o socialismo devem fazer de tudo para que a expansão da classe trabalhadora seja acompanhada de uma “proletarização

política revolucionária”. Dadas as condições extremamente adversas decorrentes da contra-revolução permanente, para que as classes despossuídas consigam superar a estaca zero, elas precisam de um mínimo de “poder real”. Isto significa que para poder e estruturar como ator social, o proletariado requer certas condições objetivas que asseguram a sua existência enquanto classe em si (isto é, precisam existir como realidade social) (FERNANDES, 2000, p.16).

Para Florestan, como oposição à revolução burguesa e enquanto classe revolucionária, o proletariado atravessa uma via de amadurecimento próprio, que o prepara para executar seus objetivos primordiais, no campo da luta de classes. Vista em comparação com a classe operária inglesa, Florestan Fernandes ressalta as “similaridades estruturais e dinâmicas” com relação à classe operária latino-americana. É o que ele aborda como certas condições básicas, dadas pela industrialização, para se atingir níveis econômicos, políticos e sociais que permitem a conformação do operariado em classe. Florestan Fernandes observa:

Os elementos diferenciais não aparecem, porém, apenas na constituição dos proletários como classe. Eles se desenham com igual ou maior força na evolução da burguesia, que não é uma burguesia nacional e conquistadora, mas uma burguesia associada, dependente e pró-imperialista (FERNANDES, 1995, p. 171)

Florestan irá ressaltar que os “ritmos do desenvolvimento” e a “vitalidade do capital” vão interferir diretamente na qualidade do desenvolvimento e organização da classe trabalhadora. Assim diz: “seria paradoxal que uma burguesia fraca tivesse como oponente, na cena histórica, um proletariado forte”. O capitalismo monopolista pode ser visto como uma arquitetura de grandes corporações preparadas para explorar ao máximo as riquezas e o trabalho no país em que elas se encontram, e para transferir lucros para os países de origem. No processo de industrialização brasileira, Florestan enfatiza que “para dentro” a acumulação de capital é drenada para o setor da burguesia industrial, vinculado ao imperialismo. Coube ao Estado burguês criar os mecanismos de dominação que colocam a classe despossuída na posição de “inimigos da ordem”, principalmente quando se trata do setor operário, organizado como movimento social autônomo e independente.

A burguesia como um todo vê a sua revolução como desenvolvimento com segurança, excluindo pela violência extrema, se necessário, a classe operária de qualquer intento de criação de uma comunidade nacional (no sentido de que esta é conciliável com o despotismo do capital) e de

realização de uma revolução democrática (no mesmo sentido). Ela própria se incorpora a um sistema de poder mundial, que solapa institucionalmente estas tendências, confere eficácia duradoura ao controle violento da ordem por parte dos estratos estratégicos das classes dominantes (FERNANDES, 1995, p. 171).

Em “Nós e o marxismo”, olhando para o capitalismo dependente no Brasil, Florestan Fernandes visualiza o movimento operário do ABC paulista, como expressão de uma realidade histórica, que colocava o proletariado daquele período, num plano elevado de confronto com os interesses burgueses. Tomando em conta a interpretação de Marx, em seus escritos políticos sobre a França, Florestan Fernandes refere-se às conquistas políticas e econômicas do movimento operário como conquista, não de uma auto-emancipação, mas de espaço de luta política. As classes se enfrentam num estágio em que a classe trabalhadora se vê plenamente constituída, como classe em si, segundo Florestan. Esta fase em que a classe trabalhadora se expande, se especializa e se organiza para a luta política, é vista dentro do processo histórico da luta de classes como um episódio da “revolução dentro da ordem”. Lemos em Florestan Fernandes:

Ao enfrentar a ditadura e ao desobedecê-la, o proletariado vergou o arco do despotismo burguês – mas assustou todo o sistema de poder capitalista, em suas ramificações nacionais e internacionais, e não conquistou outra coisa além do espaço político que abocanhou para lutar enquanto classe plenamente constituída, que exige sua autonomia como e enquanto classe e a liberdade para travar tal luta em todas as direções necessárias. (FERNANDES, 1995, p. 172).

A análise de Florestan traz uma referência de esfera de dominação burguesa que se abre em duas faces: a do estado autocrático e autoritário e a dos laços de dominação externa, estabelecidos principalmente com os EUA. Diante destes dois planos da dominação, a classe operária que Florestan olha, aparece como principal oponente da ordem burguesa. Através de suas organizações sindicais e políticas, que suscitam um nível de formação independente e autônomo, a classe trabalhadora atingiu um alto grau de pressão sobre os dois elos da dominação: o Estado autocrático burguês e os laços dependentes. Ao focar a formação do movimento operário no ABC, Florestan enxerga os limites da “revolução dentro da ordem”. Na face proletária da revolução a chave da mudança, conforme Florestan Fernandes, “se articula e se confunde com a “revolução contra a ordem”. Ao explicar sob a perspectiva do

Manifesto Comunista, o desenvolvimento das revoluções proletárias, na América Latina, Florestan afirma:

Logradas as condições de um desenvolvimento independente de classe, os operários tem de lançar-se à arena política por suas próprias causas, libertando-se do patrocínio burguês e da relação de cauda política com os interesses e as forças da ordem existente (FERNANDES, 1995 ,p. 175).

Neste horizonte histórico, onde se mostra o antagonismo inerente ao processo da luta de classes, Florestan propõe um caminho para compressão do nível de complexidade que envolve a dimensão da emancipação do proletariado, sob o capitalismo dependente. Suas especificidades histórico-sociais, debilidades e potencialidades próprias pertencem a uma realidade, onde Florestan vê múltiplos tempos históricos, em que a vigência do sistema capitalista não é incompatível e nem mesmo prescinde da existência de elementos pré-capitalistas, incorporados na forma das relações de dominação. Na visão de Florestan, esta é uma das características cruciais das sociedades capitalistas de origem colonial, cujas relações sociais se constituíram, desde o início, com base num padrão de ultraexploração. Em Florestan, para existência dos agentes privilegiados, que concentram a renda, o prestígio social e o poder, é condição *sine qua non* que haja, de outro lado, agentes destinados ao vazio sócio-econômico do trabalho. Segundo ele, esta especificidade histórica está na base da existência das camadas despossuídas. Ou seja, a visão do que se constitui enquanto forma de poder burguês se assenta na “naturalização” da existência do desequilíbrio social, como fonte de poder real e dos privilégios das classes dominantes.

O processo da revolução burguesa, no Brasil, levou à constituição de uma ordem burguesa ultraconservadora, que, segundo Florestan Fernandes, determina o caráter antinacional e antidemocrático da burguesia, em geral formada na periferia do sistema capitalista. Nos países de capitalismo dependente, a revolução proletária passa a ser a única a portar um conteúdo realmente revolucionário. Neste sentido, Florestan opera com o pensamento de Gramsci referindo-se às três fases da luta do proletariado: a sindical (de resistência ao capitalismo), a luta pelo controle dos meios de produção e a sua socialização. A revolução proletária é um “produto da atividade coletiva dos trabalhadores, a principal força produtiva dentro do capitalismo” (Fernandes, 1995, p.183). Os objetivos transformadores da classe operária:

“pressupõe univocamente uma rejeição (e, portanto, uma negação e uma superação) total da sociedade burguesa (por conseguinte, da alienação do trabalhador, da objetificação que a propriedade privada, o capital e o trabalho como mercadoria lhe impõem, da existência das classes e da dominação das classes, da hegemonia ideológica da burguesia, do Estado democrático etc.” (FERNANDES, 1995 ,pg. 183)

No intuito de iniciar uma aproximação com o pensamento de Florestan Fernandes, este artigo apresenta a interpretação do autor para gerar o debate. À luz da contribuição do pensamento de Marx, Florestan reelabora categorias de grande importância para os debates vigentes nos movimentos populares que lutam contra o capitalismo. Destaca-se o conceito de revolução. A concepção de classes sociais também é uma contribuição teórica importante e essencial de ser discutida e revista, nos dias de hoje. Neste sentido, o estudo e a elaboração visam ampliar o conhecimento e o debate, que se desdobra nos movimentos sociais, referente às duas categorias. Certamente, a perspectiva da leitura de Florestan requer a existência do diálogo com outras teorias, do pensamento marxista, para podermos elaborar as críticas pertinentes ao pensamento que pertence ao seu próprio tempo. O mesmo podemos dizer quando nos referimos à prática.

O pensar as classes sociais hoje, remete à reflexão acerca da formação histórica das classes no capitalismo (suas formas de organização, de elaboração, de estratégia etc), bem como as raízes de uma classe trabalhadora que tem como experiência a reestruturação produtiva, diante da qual as relações sociais e os mecanismos de produção e reprodução social se transformam radicalmente. Nesta transformação ou transfiguração da classe trabalhadora, aparecem lutas sociais marcadas também por protagonistas e formas de lutas distintas das anteriores. O cenário da luta de classes se complexifica e daí o desafio de pensar o que significa a mudança revolucionária. Extrai-se da reflexão de Florestan que a “revolução dentro da ordem” não está presente na ordem do dia, para as sociedades do capitalismo dependente. Este é um elemento essencial para a análise de estratégias dos movimentos sociais que lutam contra o capitalismo e que discutem o socialismo como horizonte de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes, Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan; PRADO Jr, Caio. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. *Em Busca do Socialismo: Últimos Escritos e Outros Textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, F; MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1999.

IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, K. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.

NETTO, José Paulo. *Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.